

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/35768	16910/2025	Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#
Unidade Administrativa		
DU - DGPU [GP5]		
Propósito		
Expediente Geral \ Vereador do Urbanismo - DU - Licenciamento		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Gestão de Procedimentos Urbanísticos, propõe-se o deferimento do pedido de licenciamento da operação urbanística ao abrigo do art.º 26.º do RJUE.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Defiro o licenciamento de obra de edificação

No prazo de um ano, deverá proceder ao pagamento das taxas devidas, solicitando a emissão da licença, sob pena de declaração de caducidade, conforme previsto no n.º 2.º, do artigo 71.º, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, devendo para esse efeito apresentar os elementos constantes no ponto 21, do Capítulo III, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 16910/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RC-29051

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA: Rua do Monte, União das Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

DU - DGPU [GP5]

1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

- 1.1. A requerente, através do requerimento registado com o n.º 2025-E-RC-29051 de 17/10/2025, apresenta os **projetos das especialidades**, relativos à obra de construção de moradia unifamiliar, que pretende levar a efeito no prédio sito na Rua do Monte, União das Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 726, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 2723.

2. ANÁLISE

2.1 Projeto de arquitetura

- 2.1.1 O projeto de arquitetura, encontra-se aprovado por despacho de 28/10/2025.

2.1. Projeto de condicionamento acústico

- 2.1.1. Apresentou projeto.

2.2. Projeto de águas pluviais

- 2.2.1. Apresentou projeto.

2.3. Projeto de águas residuais

- 2.3.1. Apresentou projeto.
2.3.2. O projeto de águas residuais foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer.

2.4. Projeto de abastecimento de água

- 2.4.1. Apresentou projeto
2.4.2. O projeto de abastecimento de água foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer.

2.5. Projeto de arranjos exteriores

- 2.5.1. Apresentou projeto.

2.6. Projeto de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)

- 2.6.1. Apresentou projeto.

2.7. Projeto de conforto térmico, incluindo pré-certificado energético

- 2.7.1. Apresentou projeto.



2.7.2. Apresentou o pré-certificado energético, SCE385259840, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 20.º do Dec. Lei n.º 101-D/2020 de 7 de dezembro.

2.8. Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica

2.8.1. Apresentou projeto.

2.9. Projeto de estabilidade, escavação e contenção periférica

2.9.1. Apresentou projeto.

2.10. Projeto de instalação de gás

2.10.1. Apresentou declaração de isenção.

2.11. Projeto de infraestruturas de telecomunicações

2.11.1. Apresentou projeto.

2.12. Projeto de segurança contra incêndios em edifícios

2.12.1. Apresentou FSCIE.

3. PROPOSTA

3.1. Face ao atrás exposto, constata-se que o presente pedido **se encontra corretamente instruído** e em condições de ser proferida a deliberação final do deferimento do licenciamento da operação urbanística.

3.2. Após informação superior e despacho, o requerente deverá ser notificado para, no prazo máximo de 1 (um) ano, requerer a emissão de recibo que titula a operação urbanística.

4. CONDICIONAMENTOS PARA EMISSÃO DE RECIBO QUE TITULA A OPERAÇÃO URBANÍSTICA

4.1. Instrução de pedido com os elementos descritos no n.º 21 da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro e nos termos das alíneas c) e d) do n.º 4 do Artigo 22.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação.

5. CONDICIONAMENTOS DAS OBRAS

5.1. As intervenções no domínio público deverão observar as seguintes condições:

5.1.1. Existindo postes/armários de redes de energia elétrica ou de telecomunicações cuja implantação se encontra afetada pelos alinhamentos projetados pela presente operação urbanística, compete ao requerente diligenciar a realocação dos mesmos junto das entidades competentes.

5.1.2. Será responsabilidade do requerente a execução de todas as infraestruturas necessárias para abastecer o edifício, nomeadamente relativas a comunicações, eletricidade, gás, abastecimento de água e águas residuais domésticas e pluviais, salvo se essas infraestruturas forem asseguradas pelas respetivas entidades. Em qualquer dos casos, devem encontrar-se concluídas antes das pavimentações a efetuar. Constitui responsabilidade do titular do alvará a repavimentação arruamentos intervencionados, em conformidade com os regulamentos municipais



aplicáveis, caso não seja assegurado pela entidade responsável pela instalação da infraestrutura.

6. CONDICIONAMENTOS PARA OBTENÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO

6.1. Aquando da conclusão da obra, deverá efetuar o pedido de autorização de utilização de acordo com o descrito no n.º 28 da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

7. COMUNICAÇÃO DE INÍCIO DE TRABALHOS DE OBRAS PRECEDIDAS DE CONTROLO PRÉVIO

7.1. De acordo com o Artigo 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do Artigo B-1/26.º do Código Regulamentar do Município de Braga, até dez dias antes do início dos trabalhos, o promotor tem de informar a câmara municipal dessa intenção, incluindo a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos.

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

